



Emília Viotti da Costa e a defesa da universidade pública: uma justa homenagem

RODRIGUES, André Figueiredo ¹

Na manhã do dia 2 de novembro de 2017, a comunidade acadêmica recebeu a triste notícia de que a historiadora Emília Viotti da Costa havia falecido. A informação espalhou-se rapidamente pela imprensa e uma série de publicações – notadamente laudatórias – sobre sua trajetória como professora e autora de fundamentais livros para se compreender a História do Brasil ganhou as manchetes.

Reproduzir aqui esse mesmo percurso ou apresentar esquematicamente suas obras ou apenas uma delas, a meu ver, não seria prestar a devida homenagem à sua memória. Ela merece muito mais...

O presente artigo se propõe a comentar – rapidamente – um aspecto não muito discutido de sua trajetória, mas que nos dias de hoje ganha enorme relevância: a discussão da gratuidade do ensino superior público, principalmente porque no mês de seu falecimento o Banco Mundial publicou o relatório “Um ajuste justo: análise da

¹ Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP), câmpus de Assis. Av. Dom Antônio, 2100 – Parque Universitário. CEP: 19810-900. Assis / SP. E-mail: andrefr@assis.unesp.br

eficiência e equidade do gasto público no Brasil” com recomendações que sugerem que as universidades públicas brasileiras devam cobrar mensalidade dos seus alunos. Assunto, aliás, que Emília Viotti levantou bandeira e se posicionou de maneira veementemente contrária em 1969, quando a ideia estava inserida na proposta de reforma universitária que se aventava pelo governo federal – provavelmente – para o fim da década de 1960. Conversemos, a seguir, sobre isto. Antes, um pouco de sua trajetória.

Rápidas notas biográficas educacionais

Nascida em 10 de fevereiro de 1928, a paulistana Emília Viotti teve sua trajetória de estudos notadamente vinculada ao ensino público. Coursou o primário e o ginásio (nosso atual ensino fundamental) na Escola Estadual Caetano de Campos, que em meados da década de 1930 “era um polo de excelência”, e o secundário (o atual ensino médio) no Colégio Mackenzie. Com os estudos concluídos, ingressou no curso superior de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP).² (BASSETTO, 1999, p. 16)

Ainda quando aluna do curso de graduação da USP, sua primeira experiência como professora de História deu-se no curso colegial do Mackenzie. Em 1954, ao finalizar o ensino superior em Geografia e História recebeu dois convites para trabalhar como instrutora na própria USP: um no Departamento de Geografia e outro no Departamento de História. Decidiu-se pela História. (BASSETTO, 1999, p. 19-20)

Como na época o Departamento de História da USP não tinha verba para contratação de professores, a solução seria admitir “alguém que já tivesse um lugar no Estado e que seria posto à disposição da Universidade.” Como não tinha emprego em colégio estadual, Emília Viotti prestou concurso e assumiu o cargo de professora secundária no município de Sertãozinho, na região metropolitana da cidade de Ribeirão Preto. Depois, por remoção, mudou-se para o Colégio Estadual em Jundiá. A seguir, transferiu sua cadeira para o Colégio de Aplicação da USP. Já nessa época também lecionava no Departamento de História da USP, encarregada pelas disciplinas de História Moderna e História Contemporânea. Com o passar do tempo, passou a responder pelo curso de Introdução aos Estudos Históricos. (BASSETTO, 1999, p. 20-21)

Na década de 1960, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, assim como o país, vivenciava um momento bastante crítico de sua história, principalmente após o golpe civil-militar ocorrido em 31 de março de 1964.

Em 1964, prestou concurso de livre-docência com a tese *Escravidão nas áreas cafeeiras*, sobre a transição do trabalho escravo para o trabalho livre na região cafeeira de São Paulo, publicada em 1966 sob o título *Da senzala à colônia*. Na obra procurou entender como foi possível abolir uma instituição tão arraigada em nossa cultura, como a escravidão, sem provocar uma profunda convulsão social.³ (BASSETTO, 1999, p. 23)

² Muitas das informações pessoais que transmito neste artigo sobre a trajetória intelectual da professora Emília Viotti da Costa foram obtidas a partir de seu depoimento veiculado no artigo: BASSETTO, 1999, p. 14-29.

³ A primeira edição de *Da senzala à colônia*, ocorrida em fevereiro de 1969, fez parte da coleção *Corpo e Alma do Brasil*, volume 19, sob a direção de Fernando Henrique Cardoso e publicada pela Difusão Europeia do Livro. A segunda edição veio a público em 1982 pela editora Livraria Ciências Humanas, de São Paulo. Hoje, o livro encontra-se na sua quinta edição, de 2012, impressa pela Editora Unesp.

Em 1968, por ser a professora livre-docente com título mais recente obtido na Faculdade de Filosofia, era praxe o então diretor convidar esse docente para ministrar a aula inaugural da Faculdade para as turmas ingressantes do ano seguinte. Foi assim que o diretor, professor Eurípedes Simões de Paula, também pertencente ao quadro do Curso de História, a convidou para proferir a aula inaugural do ano de 1969 para os novos alunos de Química, Física, Ciências Biológicas, Filosofia, Matemática, Ciências Sociais, Letras e História. (BASSETTO, 1999, p. 24)

A reforma universitária de 1968 e os Acordos MEC-USAID

O convite para ministrar a aula inaugural para estudantes “com interesses bastante diversos”, levou Emília Viotti a pensar em um assunto que interessava a todos e que estava na ordem do dia: a proposta de reforma universitária de 1968 e os convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira firmados entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID).⁴

Os Acordos MEC-USAID objetivavam uma reforma em todos os níveis educacionais brasileiros, especialmente no ensino superior. Para este grau de estudos, os acordos assinados em 10 de junho de 1966 (Acordo MEC-USAID de Assessoria para a Modernização da Administração Universitária), revistos dez meses depois, em 9 de maio de 1967 (Acordo MEC-USAID de Assessoria do Planejamento do Ensino Superior), propunham preparar os estudantes para a “missão de impulsionar o desenvolvimento do país.” (PINA, 2011, p. 55)

De acordo com Fabiana Pina e segundo o discurso proclamado no encerramento do quinto Fórum Universitário, em 10 de outubro de 1964, pelo então Presidente da República Humberto de Alencar Castello Branco, os alunos deveriam, antes de desejar “um simples diploma”, “alcançar amplos conhecimentos que lhe permitissem ser elemento útil ao progresso e à prosperidade da sociedade.” (PINA, 2011, p. 55) Em contrapartida, na universidade – notadamente a pública – “não se poderia permitir o fortalecimento das ideologias” e que a lógica de seu funcionamento fosse dada pela ótica da produtividade acadêmica frente ao capital financeiro que se investia neste grau de ensino. (PINA, 2011, p. 57)

Para o governo, um dos principais pontos a serem discutidos a partir do convênio MEC-USAID era o da modernização das universidades e, para alcançá-la, o sistema educacional deveria caminhar rumo ao padrão norte-americano de ensino. Isto significava pensar a educação voltada, principalmente, para as necessidades do mercado. Para esse fim, o sistema educacional deveria seguir os seguintes objetivos:

⁴ O primeiro acordo firmado entre o MEC e a USAID ocorreu em 26 de junho de 1964 e se referia ao aperfeiçoamento do ensino primário (o que seria o nosso atual ensino fundamental – ciclo I). Até 1968, foram firmados acordos voltados para o aperfeiçoamento primário, para o ensino médio, treinamento rural e para o ensino superior. Sobre esses acordos, consultar os estudos de Ted Goertzel (*MEC-USAID: ideologia de desenvolvimento americano aplicado à educação superior brasileira*, 1967), Márcio Moreira Alves (*O beabá dos MEC-USAID*, 1968), Otaíza Romanelli (*História da educação no Brasil*, 1978), José Oliveira Arapiraca (*A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano*, 1982), Luiz Antônio Cunha e Moacyr de Góes (*O golpe na educação*, 1985), Francis Mary Guimarães Nogueira (*Ajuda externa para a educação brasileira: da USAID ao Banco Mundial*, 1999), Fabiana Pina (*O acordo MEC-USAID: ações e reações, 1966-1968*, 2011) e Sadi Frazon (*Os acordos MEC-USAID e a reforma universitária de 1968: as garras da águia na legislação de ensino brasileira*, 2015).

“primeiramente educação e treinamento profissional, pesquisa científica e cursos de especialização, extensão universitária e educação superior geral.” (PINA, 2011, p. 65)

No tocante ao fator econômico, existia a proposta de que as verbas destinadas às universidades fossem aproveitadas de maneira mais adequada, para se “conseguir o máximo rendimento com a menor inversão de dinheiro.” (PINA, 2011, p. 59)

No quesito relacionamento entre conhecimento, formação (título) e profissão residia o principal argumento do excesso de gastos públicos na manutenção do estudante no ensino superior, uma vez que, muitas vezes, ele saía formado com um diploma superior e não exercia a profissão que estudou e que deveria contribuir, em retribuição, ao Estado e à sociedade que o manteve durante anos nos bancos escolares. Com este argumento, o governo alicerçava a ideia de que havia desperdício de dinheiro e de tempo na formação universitária. (PINA, 2011, p. 59-60)

Esta visão de educação era considerada antieconômica, notadamente pelos especialistas norte-americanos, cujas ideias eram consideradas premissas do acordo MEC-USAID, uma vez que o ensino universitário no Brasil era público e gratuito. A ideia era que o ensino superior passasse a cobrar mensalidade.

Emília Viotti e a defesa da universidade pública

O relatório do convênio foi criticado por muitos intelectuais e educadores, assim como pelo movimento estudantil e pelas universidades. O assunto fervilhava nos anos de 1967 e 1968 e nada melhor do que este ser o tema de destaque da aula magistral que os ingressantes da Faculdade de Filosofia da USP teriam em 1969.

Emília Viotti, em depoimento, explicou a escolha daquele tema:

Decidi falar sobre a Reforma Universitária que o governo estava propondo, o famoso MEC-USAID, que estava na ordem do dia. Fiz uma história da Universidade e seus problemas e falei da necessidade de reformas, analisei o projeto do governo, criticando o que considerava seus pontos negativos: o atrelamento da Universidade ao setor empresarial, a intervenção deste no setor de pesquisa e ensino, a redução da educação ao preparo da mão-de-obra, o desaparecimento da orientação humanista e a sua substituição por uma orientação exclusivamente tecnológica. Era a subordinação da Universidade aos interesses do mercado. (BASSETTO, 1999, p. 24).

O texto de sua apresentação foi publicado na revista do grêmio da Faculdade de Filosofia da USP e depois reproduzido por todo o país, virando uma espécie de manifesto contra o acordo MEC-USAID. Emília foi convidada a apresentar o texto em mais de quarenta universidades. O sucesso foi tamanho que, logo depois, foi chamada para um programa de televisão com o então Ministro de Educação, Tarso de Moraes Dutra, e o presidente da União Estadual de Estudantes de São Paulo, José Dirceu. (BASSETTO, 1999, p. 24)

Na televisão, Emília criticou o acordo e alertou o público dizendo que uma das propostas do convênio era de que a universidade pública fosse paga. Argumentou que o

poder aquisitivo da população não permitia a um grande número de alunos pagar seus estudos. Bolsas de estudo retirariam a sua liberdade e autonomia. Na minha opinião cabia ao Estado fornecer educação gratuita (pensava nos meus alunos do curso noturno que trabalhavam o dia todo e estudavam das sete e meia às onze e meia da noite, alunos que certamente ficariam impedidos de frequentar a Universidade caso essa recomendação vigorasse). Naquela ocasião, aliás, nós, professores da USP, organizamos em vinte e quatro horas uma petição com quinhentas assinaturas à Câmara e Senado contra a aprovação desse dispositivo. (BASSETTO, 1999, p. 24)

No debate, o ministro concordou com o posicionamento da professora, dizendo que ele também era contrário ao pagamento de mensalidade no ensino superior público. Então, Emília o indagou perguntando por que ele tinha assinado o Acordo MEC-USAID. Neste momento, o ministro negou que houvesse no projeto algum item a esse respeito. Emília, então, tirou uma cópia do Acordo da sua bolsa e leu a passagem que se referia à proposta para transformar o sistema de educação superior em ensino pago. (BASSETTO, 1999, p. 24)

Na sua entrevista, Emília Viotti comentou o debate com o ministro:

Apesar de ter sido cumprimentada pelo Ministro, que me deu um cartão seu dizendo que o procurasse quando quisesse, sempre desconfiei de que foi esse episódio que levou à minha aposentadoria. Era o preço que deveria pagar por tê-lo envergonhado em público. (BASSETTO, 1999, p. 24-25)

Após quinze anos como professora da USP, em 29 de abril de 1969, Emília Viotti era aposentada compulsoriamente de seu cargo de docente da USP, ao lado de outros 23 professores da universidade, pelos então ministros Luís Antônio da Gama e Silva, da Justiça, e Tarso Dutra, da Educação, sob a égide do presidente Arthur da Costa e Silva. (ASSOCIAÇÃO, 2004, p. 48)⁵

Uma justa homenagem: lutemos...

Entre as bandeiras contra as quais lutou a professora Emília Viotti estavam à defesa da universidade pública, a manutenção do ensino superior gratuito e contra a exclusão da História do currículo escolar.

a- ... em defesa da universidade pública

Emília Viotti posicionou-se contra o Acordo MEC-USAID em 1969 e as prerrogativas ali existentes de que a universidade pública passasse a cobrar mensalidade de seus alunos. Praticamente sessenta anos depois, após a professora defender a

⁵ Em um primeiro decreto de cassações e aposentadorias, por força do Ato Institucional número 5, datado de 25 de abril de 1969, o governo federal decidiu-se pela aposentadoria compulsória de 42 pessoas da administração pública, entre as quais diversos intelectuais, sendo destes três professores da USP: Florestan Fernandes, Jayme Tiomno e João Batista Villanova Artigas. (ASSOCIAÇÃO, 2004, p. 45-47) O segundo decreto, de 30 de abril de 1969, aposentava ou demitia, quando fosse o caso, o reitor Hélio Lourenço de Oliveira e mais 23 professores, entre eles Emília Viotti, Caio Prado Júnior (que não tinha cargo na universidade, apenas o título de livre-docente), Fernando Henrique Cardoso, José Arthur Gianotti, Octávio Ianni, Paula Beiguelman, Jean Claude Bernardet, entre outros. (ASSOCIAÇÃO, 2004, p. 47-50)

gratuidade do ensino superior e ser punida por isto com sua aposentadoria compulsória, o Banco Mundial, instituição financeira internacional, por meio do documento “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, divulgado em 21 de novembro de 2017, propõe o pagamento de mensalidades nas universidades públicas, pois, segundo eles, a maior parte dos estudantes ali matriculados está entre os brasileiros mais ricos – já que 65% dos discentes pertencem aos 40% mais ricos da população nacional – e o subsídio à sua educação é, portanto, regressivo, isto é, a receita vem de impostos que oneram mais os mais pobres e a despesa vai para os que menos precisam de auxílio do Estado para estudar.⁶ (ORTELLADO, 2017)

Roberto Leher, atual reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em artigo em defesa da universidade pública e do princípio constitucional da gratuidade do ensino nos estabelecimentos públicos, de 30 de novembro de 2017, contestou o documento do Banco Mundial, mostrando suas impropriedades e falsas afirmativas, como a ideia de que “a pequena minoria de estudantes que frequenta universidades públicas tende a ser de famílias mais ricas que frequentam escolas primárias e secundárias privadas”. Conforme o IV Levantamento do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras, indicado por Leher, aponta que 60% dos estudantes das universidades federais cursaram os três anos do ensino médio em instituição pública. (LEHER, 2017)

Apesar de aceitarmos a afirmação de que a universidade pública ainda é injusta, não se deve compactuar com a ideia de que é cobrando mensalidade dos mais afortunados que o problema de acesso ao universo universitário pelos mais pobres cessará a desigualdade social e educacional brasileira.

Atualmente 66,19% dos estudantes das universidades federais, de acordo com dados apresentados pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (ANDIFES), provêm de famílias pertencentes às classes D e E, ou seja, de famílias com renda per capita de até um salário mínimo e meio. Apenas 24% dos estudantes são originários de famílias com renda superior a seis salários mínimos. Assim, quase 70% dos alunos das universidades federais não poderiam pagar mensalidades. (FORMENTI; PALHARES; VIEIRA, 2016)

Por exemplo, a Universidade Estadual Paulista (UNESP) destina desde o vestibular 2014, 50% de suas vagas de ingresso para estudantes oriundos integralmente da escola pública em todos os cursos e turnos da instituição. Dentro dessa meta, o percentual de negros, pardos e indígenas deve ser 35%. Já a USP deve implementar, até 2021, cotas de 50% para discentes da rede pública. O ensino superior federal utiliza o sistema de cotas desde 2012.

Estes exemplos ilustram o que se repete em praticamente todas as demais localidades onde universidades federais e estaduais encontram-se instaladas: cada vez mais estudantes de escolas públicas têm conseguido ingressar nas universidades públicas e muitos dos ingressantes não possuem condições para pagamento de mensalidades, caso estas fossem cobradas.

O documento do Banco Mundial aponta como raízes dos atuais problemas brasileiros as políticas públicas – e sociais – mantidas pelo governo federal, como

⁶ O documento foi encomendado em 2015, pelo então Ministro da Fazenda Joaquim Levy, no governo da presidenta Dilma Rousseff. Conferir: BANCO. 2017.

a previdência, a gratuidade do ensino superior público, os salários dos servidores públicos, os benefícios e assistência ao trabalhador do campo, o acesso a medicamentos, etc. (LEHER, 2017)

Alguns dos argumentos na época apresentados por Emília Viotti contra os Acordos MEC-USAID também nos ajudam a criticar os posicionamentos propostos pelo Banco Mundial e a sua enviesada análise dos gastos públicos e defesa de um pretenso ajuste fiscal, como as isenções fiscais ofertadas aos grandes empresários e a determinados setores da economia e a limitada tributação da renda, da propriedade e do capital. (LEHER, 2017)

b- ... contra a exacerbada produtividade acadêmica

No contexto, Emília Viotti lançou-se contra a proposta comumente em voga da exacerbada produtividade acadêmica, na busca desenfreada pelas melhores classificações das universidades em rankings globais de desempenho acadêmico, que proporcionam aos ganhadores das “batalhas” por quem publica mais em periódicos importantes (especialmente internacionais – um dos principais critérios do sucesso acadêmico), acesso a recursos governamentais, prestígio nacional, habilidade para atrair os melhores estudantes e professores e um lugar de destaque na hierarquia acadêmica. (ALTBACH, 2015)

O problema é que as publicações e a participação em rankings classificatórios de desempenho acadêmico são limitadas a uma parcela pequena do sistema universitário. Apenas cerca de mil universidades mundiais aparecem nos classificadores de “qualidade” internacionais. Vale lembrar que a maioria das instituições universitárias voltam suas forças para o ensino e a aprendizagem e não para a pesquisa e as publicações. A produtividade, tal como pensamos e a própria professora Emília Viotti transpareceu em seus escritos e depoimentos, deve direcionar-se para a avaliação de um ensino eficiente e de qualidade e que os estudantes que conseguem chegar nessa etapa educacional consigam concluir seus estudos. (ALTBACH, 2015)

c- ... à favor de uma educação democrática

Entre as propostas pensadas para a reforma educacional de 1968 constava um discurso de não aceitação do “fortalecimento de ideologias” na sala de aula. Após sessenta anos, essa discussão voltou à tona com a implantação de projetos de lei em escalas federal, estadual e municipal que se espalham pelo país, em parceria com o Movimento Nacional Escola Sem Partido, cujos objetivos centram-se na falácia de que nas escolas existem processos de doutrinação ideológica por parte de grupos de “esquerda” contra os princípios morais da família e da ordem social e política vigente. Na década de 1960, Emília Viotti militava de maneira contrária a quaisquer propostas que ferissem a opção por uma escola democrática, que proibisse a liberdade de expressão e quaisquer tentativas de se coibir em classe a diversidade das concepções de história e das leituras de mundo, desqualificando a escola como lugar de formação de cidadania, promotora de valores democráticos, éticos e de respeito aos direitos humanos.⁷

⁷ Estas discussões vêm ganhando cada vez mais espaço na mídia e em eventos educacionais diversos. Nós, historiadores, defendemos forte oposição à Lei da Mordaza em sala de aula, por acreditarmos em uma escola democrática e sem princípios de intolerância. Sobre isto, conferir uma série de textos e mo-

d- ... pelo ensino da História na educação básica

Apesar de esta não ter sido uma das bandeiras de luta direta defendidas por Emília Viotti, os princípios em favor da manutenção da disciplina de História no ensino médio e fundamental perpassou sua trajetória como professora e ativista política, uma vez que lutou pela democratização e pela não aprovação do Acordo MEC-USAID que apresentava a proposta de redução da carga horária de matérias como História, a fim de que os alunos da época não tivessem senso de crítica ao regime político vigente. Ao fim, os conteúdos da História foram com o passar dos anos e por sucessivas reprimendas políticas diluídas na disciplina de Estudos Sociais.

Também se excluíram do currículo escolar a matéria de Filosofia e conteúdos de política. Temáticas debatidas na década de 1960 como direitos humanos, ética e cidadania na educação ou projetos de educação popular também foram suprimidas pela ditadura civil-militar. A disciplina Educação Moral e Cívica foi criada para sustentar valores do regime político então vigente e, também, ideais da segurança nacional.

Assim, como opositora das propostas MEC-USAID e defensora de um sistema de ensino superior público gratuito, dos direitos de cidadania, liberdade, diversidade e tolerância na escola, a trajetória da professora Emília Viotti da Costa deve ser lembrada como exemplo de luta de uma escola democrática. Ela nos ensinou que o acesso ao ensino gratuito de qualidade é direito de todos, sem discriminar sua posição social. Defender este princípio e continuar lutando pela preservação das garantias educacionais aqui apresentados seria a melhor homenagem a se prestar a ela.

Que suas bandeiras continuem sortindo efeitos. Vamos à luta...

Referências

ALTBACH, Philip G. O que conta para a produtividade acadêmica nas universidades de pesquisa? Trad. Sergio Azevedo Pereira. *Ensino Superior Unicamp*, Campinas, maio 2015. Disponível em: <<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/o-que-counta-para-a-produtividade-academica-nas-universidades-de-pesquisaij>>. Acesso em: 4 dez. 2017.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA USP. *O controle ideológico na USP (1964-1978)*. São Paulo, 2004. Disponível em: <<https://www.adusp.org.br/files/cadernos/livronegro.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

BANCO MUNDIAL. *Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*. Volume 1: Síntese. 21 nov. 2017. 156 f. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>>. Acesso em: 4 dez. 2017.

BASSETTO, Sylvia. Devemos rever a imagem que temos de nós mesmos. *Revista Adusp*, São Paulo, n. 17, p. 14-29, 1999. Disponível em: <<https://www.adusp.org.br/files/revistas/17/r17a02.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

FORMENTI, Lígia; PALHARES, Isabela; VIEIRA, Victor. 2 em 3 alunos de universidades federais são das classes D e E. *O Estado de S.Paulo*, 18 ago. 2016. Disponível em: <[http://cões.constantenno.site.da.Associação.Nacional.de.História.\(ANPUH\)-www.site.anpuh.org](http://cões.constantenno.site.da.Associação.Nacional.de.História.(ANPUH)-www.site.anpuh.org)>

FACES DA HISTÓRIA, Assis-SP, v.4, nº2, p. 254-262, Jun.-Dez., 2017.

educacao.estadao.com.br/noticias/geral,2-em-3-alunos-de-universidades-federais-sao-das-classes-d-e-e,10000070529>. Acesso em: 4 dez. 2017.

FRAZON, Sadi. *Os acordos MEC-USAID e a reforma universitária de 1968: as garras da água na legislação de ensino brasileira*. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE), 12., Curitiba, 2015. *Anais...* Curitiba: PUCPR, 2015, p. 40619-40632. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21202_9057.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2017.

LEHER, Roberto. Banco Mundial: ajuste regressivo e antidemocrático. *Jornal da Ciência Notícias*, São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), edição 5792, 30 nov. 2017. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/edicoes/?url=http://jcnoticias.jornaldaciencia.org.br/23-banco-mundial-ajuste-regressivo-e-antidemocratico/>>. Acesso em: 4 dez. 2017.

ORTELLADO, Pablo. Universidade pública ainda é injusta, mas cobrar mensalidade não é a saída. *Folha de S.Paulo*, 28 nov. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/columnas/pablo-ortellado/2017/11/1938825-universidade-publica-ainda-e-injusta-mas-cobrar-mensalidade-nao-e-a-saida.shtml>>. Acesso em: 4 dez. 2017.

PINA, Fabiana. *O acordo MEC-USAID: ações e reações (1966-1968)*. Assis, 2011. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93369>>. Acesso em: 4 dez. 2017.